

## MUDANÇAS CURRICULARES NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: OLHARES SOBRE A BNCC E O ATUAL PNLD <sup>1</sup>

*Carina Copatti*

*PNPD Capes/UFFS-Campus Chapecó  
E-mail: carina.copatti@gmail.com*

*Adriana Maria Andreis*

*UFFS- campus Chapecó  
E-mail: adriana.andreis@uffs.edu.br*

*Eixo 7: Ciências Humanas*

**Resumo:** A partir das mudanças curriculares que vêm sendo implementadas no país, oriundas das redefinições das políticas educacionais, vive-se um processo de debates sobre os movimentos de readequação nas escolas. O objetivo é refletir sobre esse processo analisando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A questão investigada é: de que modo tem se delineado a BNCC e o PNLD e como podem influenciar em mudanças nas escolas? Este trabalho se configura com caráter crítico-reflexivo a partir de interpretações de cunho teórico-bibliográfico.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais. BNCC. PNLD.

### Introdução

A partir do movimento de construção e consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem ocorrido debates importantes e de diferentes posicionamentos a respeito deste documento de caráter normativo. Este tem mobilizado uma série de mudanças, dentre elas a adequação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) ao formato da BNCC, especialmente considerando sua estrutura organizada em habilidades e competências.

A implementação da BNCC e as mudanças nos livros didáticos desde o PNLD 2019 (anos iniciais) tem colocado em debate a autonomia dos professores no processo educativo e a

<sup>1</sup> Pesquisa realizada por meio de financiamento através do edital PNPD Capes/UFFS n. 500/2019.

autoria na definição do currículo. Isto pois, mesmo considerado um documento que serve de base para a redefinição dos currículos das escolas, tem sido indagada a sua imposição enquanto pressuposto de um padrão a ser seguido, que pouco possibilita a autonomia na definição curricular.

Diante disso, o objetivo deste texto é refletir sobre esse processo analisando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). E a questão investigada é: de que modo tem se delineado a BNCC e o PNLD e como podem influenciar em mudanças nas escolas? Este trabalho se configura com caráter crítico-reflexivo a partir de interpretações de cunho teórico-bibliográfico. Para responder a essa questão o apoio é a perspectiva crítico-reflexiva com base em um arcabouço teórico-bibliográfico que toma como principais referências Marques (1992), Young (2016) e Contreras (2002), cujas contribuições ajudam a refletir criticamente sobre os documentos analisados: a saber: a BNCC e o PNLD em suas redefinições mais atuais.

## **Desenvolvimento**

A partir das mudanças curriculares que vêm sendo implementadas no país, oriundas das redefinições das políticas educacionais, vive-se um processo de debates sobre os movimentos de readequação nas escolas. Existem professores pesquisadores que aquiescem esse documento curricular, argumentando a importância de o país ter uma base comum que expresse aspectos educativos que possam servir às elaborações dos currículos regionais, a exemplo de Roque Ascensão (2020). Outros criticam a forma como se apresenta a BNCC, a exemplo de Ribeiro da Silva (2020) e Pina e Gama (2020).

Consideramos a necessidade de diálogo com a BNCC entendendo que, enquanto política em efetivação, já aprovada, é importante compreender sua proposta para construir formas de atuar em diálogo com ela e a escola e encontrar caminhos para a autonomia docente nesse processo de redefinição curricular. Faz-se, assim, um percurso tentando apontar alguns aspectos da BNCC e das mudanças no PNLD, considerando que se constitui em uma pesquisa em desenvolvimento atualmente no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFFS, a nível de Pós-doutoramento financiado pela Capes através de edital PNPd.

## **BNCC, PNLD e o movimento de redefinição curricular nas escolas**

A partir da homologação da BNCC evidencia-se um movimento que demanda redefinição dos currículos nas escolas, a partir das mudanças que vêm sendo implementadas no país, oriundas de alterações nas políticas educacionais. Os professores, em grande parte dos municípios, têm sido mobilizados a participar da reformulação do currículo escolar e a repensar seu planejamento e atuação diante deste novo cenário. Nesse contexto, para além das atuais mudanças provenientes da implementação da BNCC também os materiais didáticos fornecidos através do PNLD vêm sofrendo modificações.

A BNCC homologada define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Suas orientações têm foco na aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades e competências. Na BNCC (2018), competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Se considerarmos que o termo habilidade revela a capacidade para fazer alguma coisa, e está relacionada à aptidão para cumprir determinada tarefa com um certo nível de destreza, logo podemos interpretar que se a escola forma apenas para construir competências e habilidades temos uma formação pragmática, cujo foco é desempenhar determinadas funções específicas (COPATTI; ANDREIS, 2020).

Na proposta da BNCC, o que se percebe é que a forma como se organiza a construção do conhecimento direciona para aspectos pontuais, inclusive pensando a resolução prática de problemas e a inserção no mercado de trabalho. Isso leva-nos a interpretar que a ideia de utilizar habilidades e competências apenas para resolver situações e problemas práticos limita a construção do pensamento do sujeito e sua ação, pois utilizar competências como resposta a um problema antigo - o de transferir conhecimentos é algo que limita a função docente e, nesse sentido, limita a formação dos sujeitos pensada numa perspectiva cidadã.

Tendo a proposta da BNCC aprovada, é preciso pensar seus limites e a possibilidade de ir além daquilo que propõe, não desconsiderando sua importância, uma vez que a existência de parâmetros comuns ao território nacional dá a possibilidade de que os professores, principalmente os recém-formados, tenham claros alguns dos aspectos basilares que precisam ser considerados no processo de ensino escolar. Nesse sentido, Roque Ascenção

(2020, p. 176), ao pensar o considerando a BNCC defende “a possibilidade de um currículo que aponte temas universais, na busca de uma equidade quanto ao acesso ao conhecimento”.

Diante disso, considera-se a ideia de Marques (1992) quando defende a necessidade de que os professores digam a própria palavra e superem o pensamento igual. No entanto, esse tem sido um desafio diante dos formatos e processos de formação docente, pois segundo Contreras (2002), debater sobre a profissionalidade requer uma ampla gama de questões, haja vista que o discurso e a prática docente vêm sendo conduzidos no sentido de uma aplicação técnica de conhecimentos, em que o professor apenas executa um planejamento externo a partir de soluções instrumentais.

Toma-se a ideia de Young (2016) ao defender a construção de um conhecimento poderoso. Para o autor, a função específica da educação é a de promover o desenvolvimento intelectual dos estudantes, com base no conhecimento poderoso, intimamente ligado às áreas do conhecimento, nas universidades, e às disciplinas escolares. Considera, ainda, que as disciplinas escolares definem o direito ao conhecimento poderoso para todos os alunos e respondem a regras acordadas entre os professores especialistas dessas disciplinas sobre o que é considerado conhecimento válido; tais critérios, que derivam do conhecimento pedagógico dos professores especialistas das disciplinas e das suas ligações com especialistas dos campos acadêmicos nas universidades, fornecem acesso ao “melhor” conhecimento que pode ser adquirido por alunos, em diferentes níveis, assegurando, portanto, a possibilidade de progressão (YOUNG, 2016, p. 27).

Outros desafios são a implementação da BNCC, que precisa ser lida, debatida, analisada e interpretada na redefinição curricular e, ainda, considerar como tem se delineado também as orientações, as mudanças, que são evidenciadas nos livros didáticos disponibilizados através do PNLD. A presença do livro didático como meio pelo qual implementar a BNCC trouxe, nos últimos anos, várias mudanças no que tange às propostas e estrutura das coleções didáticas, principalmente para o ensino médio, a partir de coleções e propostas por áreas do conhecimento e não mais disponíveis por componente curricular. E, também, de coleções destinadas a Projetos Integradores e Projetos de vida (COPATTI; ANDREIS, 2021).

Preocupa-nos a construção de propostas de livros didáticos que propõem o desenvolvimento de habilidades e competências considerando as orientações da BNCC e que pode gerar, com isso, um processo de direcionamento cada vez maior dos professores para

modelos prontos que acabam por “ditar” ou definir como desenvolver o processo educativo, retirando do professor sua autonomia de pensamento, de planejamento e de desenvolvimento de ações (COPATTI; ANDREIS, 2021). Nesse contexto, é necessária uma compreensão mais ampla das experiências educativas, de análise das fragilidades e potencialidades da BNCC e também dos livros didáticos, no sentido de compreender os desdobramentos nela existentes que, visando manter um processo democrático, permita aos professores atuar com consciência e construir suas propostas de acordo com o currículo escolar e considerando cada realidade.

É importante problematizar a dinâmica dessas políticas que envolvem livros didáticos e a BNCC, uma vez que constituem um direcionamento, muitas vezes, para os conteúdos no contexto escolar e conduzem para mudanças e (re)adaptações das propostas didático-pedagógicas dos professores. Isso, pois, em muitas realidades, esses materiais são utilizados como elemento central na sala de aula. Portanto, os professores precisam conhecer e debater sobre os recursos didáticos disponíveis, suas propostas e as possibilidades existentes em cada material, observando também as suas limitações. Do mesmo modo, a leitura e interpretação da BNCC e a construção de um trabalho coletivo nas escolas tendem a contribuir para garantir autonomia nas escolas a partir de um trabalho consciente e relacionado com os delineamentos das políticas. Cabe apontar claramente, que o documento da BNCC tem elementos que podem contribuir para o avanço das taxionomias historicamente reiteradas em livros didáticos que reiteram fragmentações.

### **Conclusão ou Considerações Finais**

Diante das mudanças das políticas educacionais que têm se evidenciado principalmente com a implementação da BNCC, uma tarefa muito importante para os professores é analisar estas mudanças, interpretar os documentos da base e os novos formatos dos materiais didáticos, fazendo isso a partir dos conhecimentos e considerando a compreensão a respeito das redefinições curriculares e dos movimentos de autonomia que precisam ser mantidos.

Há, diante disso, inúmeros desafios ao pensar a BNCC, seus limites e potencialidades, e como se apresentam os materiais didáticos adaptado às novas normatizações, considerando sua presença na escola como direito do aluno e, ao mesmo tempo, como um recurso que precisa ser apenas um dos suportes para o processo de ensino e de aprendizagem. Portanto, o

conhecimento e os constantes diálogos sobre os livros didáticos e a BNCC são fundamentais entre os professores.

## Referências

ASCENÇÃO, V. R. A Base Nacional Comum Curricular e a Produção de Práticas Pedagógicas para a Geografia Escolar: desdobramentos na formação docente. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 173-197, jan./jun., 2020. Disponível em: <http://revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/915/421>. Acesso em: 05 jan., 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, 2018.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COPATTI, Carina. ANDREIS, Adriana. Políticas públicas educacionais no Brasil pós-redemocratização: percursos à cidadania? **Geopauta**. volume 4, n. 1, 2020.

COPATTI, Carina. ANDREIS, Adriana. Entre a democratização de acesso ao livro didático e os movimentos de padronização deste material. *In: Anais eletrônicos do VII Colóquio Internacional de Educação*. Colóquio Internacional de Educação. Universidade do Oeste de Santa Catarina – Joaçaba: Unoesc, 2021.

MARQUES, M. O. Os paradigmas da educação. *In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília: MEC-Inep, v. 73, n. 175, p. 547-565, set./dez. 1992. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view-File/389/394> . Acesso em: 5 ag., 2021.

PINA, L. D.; GAMA, C. N. Base nacional comum curricular: algumas reflexões a partir da pedagogia histórico-crítica. **Trabalho Necessário**. v.18, n. 36, maio/agosto, 2020.

RIBEIRO DA SILVA, M. A BNCC da reforma do ensino médio: O resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100301](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301). Acesso em: 08 fev., 2021.

YOUNG, Michael F. D. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI? **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 18-37, jan./mar. 2016.